



ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA COMPANHIA DE RECUPERAÇÃO SECUNDÁRIA

PREÂMBULO

Pela presente Escritura, COMPANHIA DE RECUPERAÇÃO SECUNDÁRIA, sociedade por ações com sede e foro na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Elias Agostinho, 665, bloco B, sala 113, Imbetiba, inscrita no CNPJ sob o nº 04.652.792/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a "Emissora"); e (ii) representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os "Debenturistas"), PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.333 – salas 307-309, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o "Agente Fiduciário"), vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Subordinada (a "Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

Salvo se de outra forma definidos nesta Escritura, os termos iniciados em maiúscula desta Escritura terão os significados a eles atribuídos no Anexo I a cada um dos Documentos de Garantia.

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base em deliberação das Assembléias Gerais Extraordinárias dos acionistas da Emissora realizadas em 17 de outubro de 2001 e em 3 de dezembro de 2001.

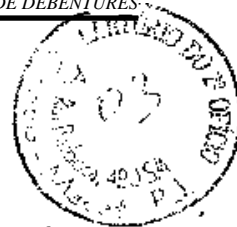
1.2. Nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei 6.404/76, a Assembléia Geral Extraordinária da Emissora delegou ao seu Conselho de Administração poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do referido artigo, sobre a oportunidade de emissão e sobre o cancelamento das Debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria pela Emissora.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

2.1. A presente emissão de debêntures (doravante denominada "Emissão", e aquelas denominadas individualmente por "Debênture" e coletivamente por "Debêntures") será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.2.1. *Atas da Assembléia Geral Extraordinária*. As atas da Assembléia Geral Extraordinária, de 17 de outubro de 2001 e de 3 de dezembro, que deliberaram sobre a emissão, foram arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro nos dias 09 de novembro de 2001 e 14 de dezembro de 2001, respectivamente.





2.2.2. *Registro da Escritura.* A presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da sede da Emissora.

2.2.3. *Registro na Comissão de Valores Mobiliários.* A 1ª Emissão de Debêntures da Emissora será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma das Leis nºs 6.385, de 7/12/76; 6.404, de 15/12/76; 9.457, de 5/5/97, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2.4. *Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID").* A emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID, aprovado em Assembléia Geral dessa entidade realizada em 27 de agosto de 1998.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. *Objeto Social da Emissora.* A Emissora é uma sociedade de propósito específico e tem por objeto social a locação de bens à Petrobras destinados à recuperação secundária dos campos de Pargo, Carapeba, Garoupa, Cherne e Congro, localizados na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas, incluindo: (a) a compra e a importação de equipamentos em geral, para a utilização na produção de petróleo e todas as outras atividades relacionadas; e (b) a prestação de serviços relacionados à produção de petróleo e todas as outras atividades relacionadas.

3.2. *Número da Emissão.* A presente Escritura constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora, em série única.

3.3. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões), no dia 01 de dezembro de 2001 ("Data de Emissão").

3.4. *Destinação dos Recursos.* Os recursos obtidos através da presente Emissão de Debêntures serão utilizados pela Emissora na aquisição de equipamentos que serão locados à Petrobras para implementação do Projeto PCGC.

3.5. *Colocação e Procedimento de Distribuição.* Os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures adotando o procedimento diferenciado de distribuição referido no Artigo 33 da Instrução CVM nº13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente, em igualdade de condições, os clientes das instituições financeiras coordenadoras da distribuição das Debêntures e de eventuais instituições subcontratadas, que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures. Não haverá preferência para a subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.6. *Registro da Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.





CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas.

4.1.1. *Valor Nominal Unitário.* O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão.

4.1.2. *Número de Séries.* A Emissão será realizada em série única.

4.1.3. *Quantidade de Debêntures.* Serão emitidas 1.800 (um mil e oitocentas) Debêntures.

4.1.4. *Data de Emissão.* Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 01 de dezembro de 2001 (a "Data de Emissão").

4.1.5. *Prazo de Vencimento.* O prazo de vencimento das Debêntures será de 84 (oitenta e quatro meses) a contar da Data de Emissão, ou seja, dia 01 de dezembro de 2008.

4.1.6. *Forma.* As Debêntures serão da forma nominativa escritural, sendo o Banco Itaú S.A. o responsável pela sua escrituração ("Banco Depositário").

4.1.7. *Certificados de Debêntures.* Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Extrato de Conta de Depósito de Debêntures Escriturais, emitido pelo Banco Depositário.

4.1.8. *Convertibilidade.* As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações.

4.1.9. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58, § 4º da 6.404/76. As Debêntures gozam de garantias adicionais constituídas por meio dos Documentos de Garantia.

4.1.10. *Garantias Adicionais.* A presente Emissão de Debêntures será garantida por penhor da totalidade dos ativos da Emissora e penhor do fluxo de receita da Emissora, a ser depositado na Conta de Desembolso e na Conta de Receita. De acordo com os termos e condições dos Documentos de Garantia, os debenturistas tornar-se-ão Partes Garantidas e serão beneficiários das garantias previstas nos seguintes contratos: (i) Contrato de Penhor de Ativos e (ii) Contrato de Caução de Contas.

4.2. *Remuneração.* A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração").

4.2.1. As Debêntures farão jus a Juros Remuneratórios pagáveis anualmente, no dia 01 de dezembro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.





4.2.2 Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão equivalentes a 100% (cem por cento) da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, doravante denominada "Taxa DI", capitalizada de um *spread* de 0,90% (zero vírgula noventa por cento) ao ano (CDI + 0,90%), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, vigente até a data de vencimento das Debêntures. As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

Onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios a ser paga nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal da Debênture, no início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo);

$\prod_{i=1}^{i=f}$ = produto dos *i* termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização; com *i* variando de 1 até *f*.

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização.

FI_i = fatores de remuneração, verificados nos *f* dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{TAXA DI}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right], \text{ onde:}$$

TAXA DI = taxa média diária de depósitos interfinanceiros DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

dj = número de dia (s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa TAXA DI;

S = fator da sobretaxa calculado conforme fórmula abaixo:





$$S = \left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}}$$

, onde:

s = spread de 0,90% (zero vírgula noventa por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois); e

du = número de dias úteis de cada Período de Capitalização.

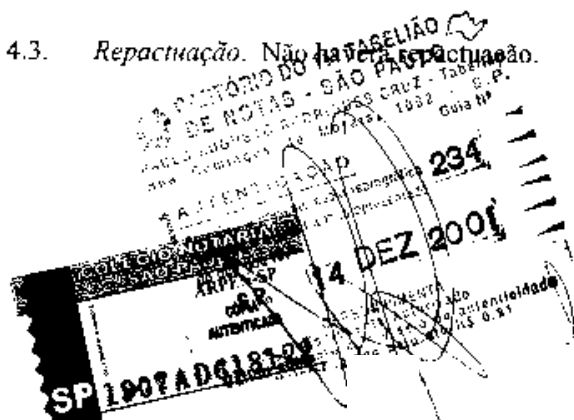
4.2.3 No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora.

4.2.4 Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia.

4.2.5 Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias anteriores ao do vencimento da obrigação, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos acima quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.2.6 Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação e a Emissora, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas referida acima, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas nos termos deste parágrafo, será utilizada uma taxa de Juros Remuneratórios apurada através da média aritmética da Taxa DI publicada nos últimos 30 dias, contados retroativamente desde a data em que este índice foi divulgado oficialmente pela última vez. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.3. Repactuação. Não haverá repactuação.





4.4. Garantias.

4.4.1. Garantias Adicionais.

Mediante a celebração dos Documentos de Garantia, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, tornar-se-ão "Partes Garantidas" e serão beneficiários das garantias abaixo citadas, que fazem parte deste Contrato como Anexos 1 e 2. Os principais termos dos contratos de garantia são os que seguem:

(a) Contrato de Penhor de Ativos - Através do Contrato de Penhor de Ativos, a Emissora se compromete a dar em penhor mercantil aos Debenturistas, na qualidade de primeiras e únicas Partes Garantidas na presente data, os ativos de sua exclusiva propriedade, descritos e caracterizados no Anexo 2 daquele instrumento. Adicionalmente, a Emissora se compromete a constituir em favor das Partes Garantidas penhor sobre todos os demais ativos que venha a adquirir, assumindo, para tanto, a obrigação de celebrar com as Partes Garantidas aditivos ao Contrato de Penhor de Ativos. A Petrobras será nomeada como depositária dos bens a serem empenhados, nos termos do artigo 276 do Código Comercial.

(b) Contrato de Caução de Contas - Através do Contrato de Caução de Contas, a Emissora se compromete a dar em caução aos Debenturistas, na qualidade de, nesta data, primeiras e únicas Partes Garantidas. (i) a totalidade dos créditos devidos pela Emissora contra a instituição financeira a ser nomeada, referente aos recursos a qualquer tempo depositados e mantidos na Conta de Receita e na Conta de Desembolso administradas pela referida instituição financeira, e (ii) todos e quaisquer títulos a serem adquiridos por essa instituição financeira com tais recursos e os recursos resultantes da venda desses títulos.

4.5. *Subscrição* A subscrição das Debêntures será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT, disponibilizado pela CETIP.

4.5.1. *Prazo de Subscrição*. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição desta oferta pública, observado o prazo máximo de distribuição de debêntures previsto na regulamentação aplicável.

4.5.2. *Preço de Subscrição*. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com a Cláusula IV, item 4.2 desta Escritura.

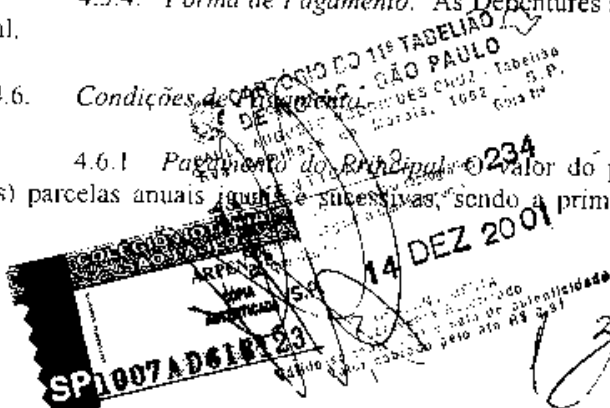
4.5.3. *Integralização*. A integralização das Debêntures será à vista, no ato da subscrição.

4.5.4. *Forma de Pagamento*. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional.

4.6.

Condições de Pagamento

4.6.1. *Pagamento do Principal* O valor do principal das Debêntures será pago em 6 (seis) parcelas anuais iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela paga 24 (vinte e





quatro) meses após a Data de Emissão, e as parcelas subsequentes pagas a cada 12 (doze) meses contados da data de pagamento da parcela anterior.

4.6.2. *Local de Pagamento.* Os pagamentos das Debêntures serão efetuados pela Emissora em sua sede ou em estabelecimento de instituições financeiras contratadas para esse fim, ou, ainda, através do SND.

4.6.3. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

4.6.4. *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 10% sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, a taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

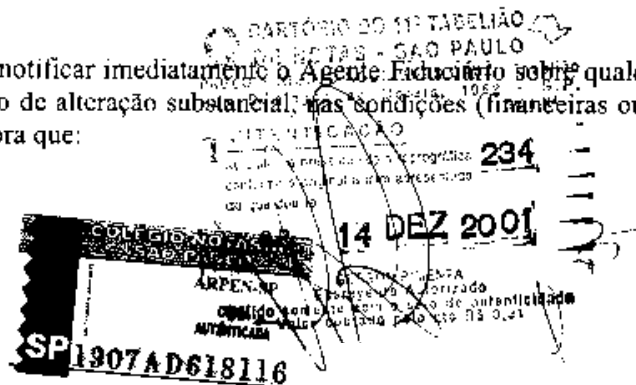
4.6.5. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.6.6. *Forma Alternativa de Recebimento.* Caso decidido por Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembléia de Debenturistas instaurada especialmente para deliberar sobre tal matéria, o pagamento de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura poderá ser aceito pelos Debenturistas, a seu único e exclusivo critério, por meio de dação em pagamento de bens e/ou direitos aceitáveis para os Debenturistas. Nenhum pagamento de valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura poderá ser feito de qualquer forma que não em moeda corrente nacional sem a aprovação dos Debenturistas nos termos desta Cláusula.

CLÁUSULA V - OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a:

(i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indicio de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios em geral da Emissora que:





(a) possa impossibilitar, ou dificultar de forma relevante, o cumprimento pela Emissora de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures, especialmente as obrigações constantes do item 6.2 da Cláusula VI abaixo; ou

(b) faça com que as demonstrações financeiras ou as informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora.

(ii) não constituir qualquer garantia sobre seus ativos, direitos, receitas presentes ou futuras, exceto aquelas constituídas por meio dos Documentos de Garantia.

CLÁUSULA VI - AQUISIÇÃO FACULTATIVA E VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

6.2. *Vencimento Antecipado.* Sempre observado o disposto no Subitem 6.2.2 desta Escritura, no Contrato de Partilha de Garantias e no Contrato de Custódia e Controladoria, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

(a) transferência, direta ou indireta, do controle da Emissora ou alteração em sua composição sem aprovação prévia dos Debenturistas detentores de no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;

(b) falta de pagamento de qualquer valor devido em relação às Debêntures nos termos desta Escritura;

(c) término por inadimplemento ou invalidade do Contrato de Locação, do Contrato de Investimento, de qualquer Documento de Garantia ou renúncia por qualquer das partes a qualquer de tais instrumentos; extinção do Ônus sobre parte substancial da Garantia, exceto aquela ocorrida de acordo com os termos da constituição de tal Ônus; descumprimento pela Petrobras de qualquer obrigação contida nas Cláusulas 11.01 e a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 12.01, com exceção daquela descrita na Cláusula 12.01(a) do Contrato de Locação, que não seja sanado conforme previsto naquele instrumento;

(d) protestos legítimos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em 2004, em qualquer hipótese, no prazo máximo de





30 (trinta) dias da data em que a Emissora receber o aviso de protesto enviado pelo cartório de protestos nesse sentido;

- (e) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;
- (f) liquidação ou decretação de falência da Emissora;
- (g) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados do aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (h) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (i) trânsito em julgado de qualquer sentença, emissão de laudo arbitral definitivo, execução de mandados de penhora ou início de processos semelhantes, em qualquer caso que versem sobre o pagamento de valor equivalente ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) contra a Emissora;
- (j) penhora, arresto ou seqüestro de bens da Emissora em valor superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Emissora com base nas mais recentes demonstrações financeiras anuais da Emissora, em procedimento administrativo ou processo judicial, que não seja cancelado em até 60 (sessenta) dias após a sua instauração; ou
- (l) alteração das classificações de risco (*rating*) atribuídas às Debêntures pelas agências de classificação de risco Atlantic Rating e Fitch Rating abaixo das classificações BBB- pela Atlantic Rating e BBB- pela Fitch Rating, em escala nacional, nas revisões anuais realizadas a partir da Data de Emissão.

6.2.1. Os valores mencionados nos itens "d", "h" e "i" da Cláusula 6.2. acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IGP-M ou qualquer índice que o substitua.

6.2.2. Ocorrendo qualquer dos eventos previstos nos itens "b", "e" e "f" da Cláusula 6.2. acima ou o não cumprimento do disposto na Cláusula 7.1. abaixo, os quais deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão antecipadamente vencidas, independente de avisos ou notificação judicial ou extrajudicial. Ocorrendo quaisquer eventos previstos nos demais itens da Cláusula 6.2. acima, os quais deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, este deverá convocar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da ciência de sua ocorrência, Assembléia Geral de Debenturistas, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. Nesse caso, a declaração do vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas representando no mínimo a maioria de todas as Debêntures em circulação.





CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. A Emissora não deverá contrair nenhum endividamento, salvo o endividamento resultante da presente Emissão, sem a anuência prévia de Debenturistas detentores de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, exceto no tocante ao empréstimo a ser concedido à Emissora pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, por meio de repasse contratado junto aos Bancos Agentes bem como à eventual Linha de Liquidez a ser concedida à Emissora pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., a serem utilizados pela Emissora para aquisição dos equipamentos que serão locados à Petrobras para implementação do Projeto PCGC.

7.2. A Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

(b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;

(c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (ou por qualquer outro regulamento que venha a alterá-la ou substituí-la), nos prazos ali previstos;

(d) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembleia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

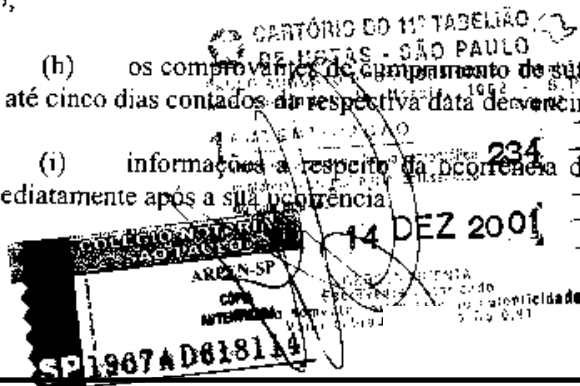
(e) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 8.6;

(f) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;

(g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

(h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até cinco dias contados a partir da data de vencimento; e

(i) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 6.2, imediatamente após a sua ocorrência.





Handwritten signature or initials.

7.3. A Emissora deverá proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

7.4. A Emissora deverá manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora.

7.5. A Emissora deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão nos termos do item 9.1 desta Escritura caso o Agente Fiduciário não o faça.

7.6. A Emissora deverá cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas.

7.7. A Emissora deverá submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

7.8. A Emissora deverá manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado.

7.9. A Emissora deverá manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

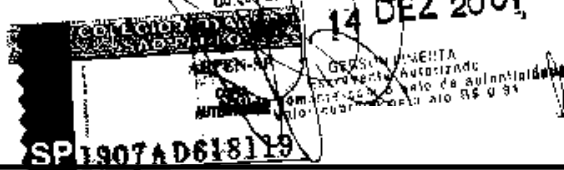
7.10. A Emissora não deverá realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

7.11. A Emissora deverá notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre a ocorrência de qualquer evento que possa resultar em qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 6.2.

7.12. A Emissora não deverá pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora.

7.13. A Emissora deverá manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes, especialmente aqueles que foram entregues em penhor por meio do Contrato de Penhor de Ativos, aqui referido.

7.14. A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário cópias autenticadas dos seguintes instrumentos, todos devidamente registrados em Cartório de Registro de Títulos e



SP1907AD618119

Documentos: (i) Documentos de Garantia; e (ii) Contrato de Locação. Eventuais aditamentos a quaisquer dos instrumentos aqui referidos deverão ser encaminhados ao Agente Fiduciário, nos termos deste item.

CLÁUSULA VIII - AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. **Nomeação.** A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a **comunhão dos titulares das Debêntures**.

8.2. **Declaração.** O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara:

(a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(d) ter verificado a regularidade da constituição dos Documentos de Garantia, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade; e

(e) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31/10/90, do Banco Central.

A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

8.3. ***Substituição.*** Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro motivo de vacância relacionado ao Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lhe. A remuneração do Agente Fiduciário substituto será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 7.1.1. - Tabelão

Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes 1. esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

COLEGIO VITALE
SAO CARLOS
EXPL. S.
SAO CARLOS
INTERMUNIC
SP 1907AD618190

É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.

A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser averbado no Registro Geral de Imóveis do local onde será registrada a presente Escritura.

O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, em caso de substituição do mesmo, da data do aditamento relativo à substituição, devendo o Agente Fiduciário, em qualquer caso, permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

O Agente Fiduciário substituto deverá respeitar e fazer com que seja cumprido o disposto no item 5.05 do Contrato de Partilha de Garantias.

Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4. *Deveres.* Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) assinar, representando a comunhão dos Debenturistas, os Documentos de Garantia mencionados na Cláusula IV, item 4.4.1 desta Escritura;

(b) comprometer-se com as demais Partes a não permitir a cessão ou transferência de qualquer direito decorrente de seu Contrato de Financiamento, do presente Contrato ou dos Documentos de Garantia, a menos que seu cessionário assine o Contrato de Adesão (na forma do Anexo 2) e concorde em vincular-se às disposições do presente. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula, este Contrato vinculará qualquer cessionário, a qualquer título, de qualquer direito de qualquer Parte Garantida nos termos de qualquer Contrato de Financiamento ou Documento de Garantia e os direitos de cada Parte Garantida nos termos deste Contrato serão extintos na medida em que liquidadas as Obrigações da CRsec devidas a tal Parte Garantida.

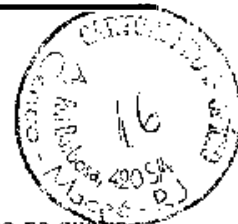
(c) observar o disposto nos Documentos de Garantia com relação à execução das garantias adicionais, especialmente o disposto no Contrato de Partilha de Garantias.

(b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;



- (c) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar a correta constituição e a exequibilidade dos Documentos de Garantia;
- (f) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (g) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (h) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (i) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (j) verificar a regularidade da constituição de garantias adicionais e de eventuais garantias que venham a ser constituídas, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (k) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (l) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (m) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (n) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (o) convocar, quando necessário, a Assembleia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (p) comparecer à Assembleia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;





mlb

(q) elaborar 1 (um) relatório anual destinado aos Debenturistas, ocasião na qual o Agente Fiduciário examinará a situação das demonstrações contábeis da Emissora, nos termos do artigo 68, § 1º alínea "b" da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;

(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

(x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente Emissão.

(r) colocar o relatório de que trata o inciso "(q)" à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da Emissora;

(ii) no seu escritório ou, quando se tratar de instituição financeira, no local por ela indicado;

(iii) na CVM;

(iv) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

(v) na instituição que lidera a colocação das Debêntures.





(s) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "(r)";

(t) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;

(u) administrar os recursos oriundos da Emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no § 2º, artigo 60, da Lei nº 6.404/76;

(v) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer da Emissora; e

(w) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores.

8.5. *Atribuições Específicas.* O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, respeitando as disposições relativas à execução das garantias adicionais constantes dos Documentos de Garantia, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

(a) declarar, observadas as condições da presente Escritura e Contrato de Partilha de Garantias, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) executar garantias adicionais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora se não existirem as garantias adicionais;

(d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

(e) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do *caput* deste item se, convocada a Assembleia de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da maioria dos titulares quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" do *caput* deste item.



14 DEZ 2001



8.6. Comunicações.

8.6.1. *Publicidade.* Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, exceção feita aos Anúncios de Início e de Encerramento de Distribuição, que serão publicados apenas na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil, devendo a Emissora avisar o Agente Fiduciário sobre a realização de qualquer publicação com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

8.6.2. *Endereçamento.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:
Companhia de Recuperação Secundária
Av. Elias Agostinhos, 665, bloco B, sala 113, Imbetiba
Macaé, RJ.
Tel.: (11) 3039-2888
Fax: (11) 3039-2890
At.: Sr. Patricio Isaias Lobos Belmar

Para o Agente Fiduciário:
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas nº 3.333 – salas 307-309
Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 3325 5059
Fax: (21) 3325 5969
At: Sr. Mauricio da Costa Ribeiro
E-mail: pentagono@pentagonotrustee.com.br

Quando aplicável:
Para o Banco Mandatário e Depositário:
Banco Itaú S.A.
Rua Boa Vista, 176
São Paulo, SP
Tel.: (11) 237-5518
Fax: (11) 605-1090
At.: Srta. Ivonete Ramos de Moura

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax, e-mail, ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.



14 DEZ 2001

RECEBIMENTO
Emissão Autorizada
Pelo selo de autenticação
de que trata o art. 100 da Lei nº 8.008/90



A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

8.7. **Remuneração.** Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) Parcelas anuais de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira parcela 2 (dois) dias após a data de obtenção do registro desta emissão pública junto à CVM e as parcelas subsequentes a cada doze meses a contar dessa data.

(b) As parcelas referentes ao item "(a)" serão atualizadas anualmente de acordo com a variação do IGP-M acumulado no respectivo período a partir de 1 de dezembro de 2001, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, até as datas de pagamento de cada parcela, calculado *pro rata temporis* se necessário.

(c) Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração prevista nesta cláusula, será devida multa moratória de 5% (cinco por cento) acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro rata temporis* sobre os valores em atraso, sem prejuízo da atualização monetária.

(d) A remuneração prevista nesta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de valores em atraso pela Emissora.

(e) A remuneração será acrescida dos impostos PIS, Cofins e ISS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a referida remuneração nas datas de cada pagamento, excetuando-se tributos incidentes sobre a renda ou faturamento do Agente Fiduciário.

(f) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem reembolsadas pela Emissora, mediante apresentação das faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes.

(g) Na hipótese de ocorrer o cancelamento das Debêntures emitidas antes do seu vencimento, ou seu resgate total antecipado, as parcelas vincendas serão pagas na data do referido cancelamento ou resgate antecipado, descontadas à taxa de 12% (doze por cento) ao ano.

8.7.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, acima definida, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com Agente Fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.8. **Despesas.** A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.





8.8.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.8.2. No caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas nesta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas (na proporção do número de Debêntures detidas por cada um), e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 15 (quinze) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.8.3. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que possam ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, durante ou após a implantação dos serviços, quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que possam ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, tais como auditorias legais ou contábeis na Emissora.

8.8.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA IX - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. *Convocação.* A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pelo CVV.



9.2. *Quorum de Instalação.* A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.3. *Mesa Diretora.* A presidência da Assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. *Quorum de Deliberação.* Nas deliberações da Assembléia, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por Debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação, exceto se de outra maneira previsto nesta Escritura.

CLÁUSULA X – DECLARAÇÕES

10.1. *Declarações do Agente Fiduciário.* O Agente Fiduciário declara à Emissora que:

(a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e

(c) esta Escritura constitui sua obrigação lícita, válida e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições.

10.2. *Declarações da Emissora.* A Emissora declara ao Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas, que:

(a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

(c) esta Escritura constitui sua obrigação lícita, válida e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(d) os prospectos preliminar e final relativos à emissão das Debêntures (coletivamente, os "Prospectos") contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas



circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, tendo em vista o disposto no artigo 14 da Instrução CVM 13/80, (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, tendo em vista o disposto no artigo 14 da Instrução CVM 13/80, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, tendo sido expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes, (iv) não há outros fatos em relação à Emissora ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração dos Prospectos seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos são verdadeiros;

(e) após as respectivas datas nas quais foram incluídas as informações nos Prospectos (i) a Emissora não incorreu em qualquer responsabilidade ou obrigação relevante, direta ou contingente, nem efetuou qualquer operação que seja relevante no curso normal de suas atividades ou (ii) não ocorreu qualquer alteração material adversa, ou qualquer acontecimento que envolva uma possível alteração material adversa nos assuntos em geral, nos negócios, nas perspectivas, na administração, na situação financeira, no patrimônio líquido ou nos resultados operacionais da Emissora ou que os envolva, exceto, em cada caso, conforme informado nos Prospectos;

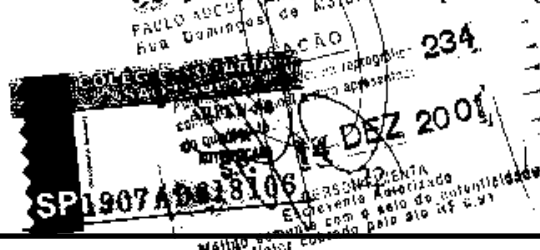
(f) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles criados pelos Documentos de Garantia ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(g) as demonstrações financeiras auditadas da Emissora incluídas nos Prospectos refletem, de forma adequada, a posição financeira da Emissora nas datas indicadas e os resultados das operações, bem como a participação dos acionistas e o fluxo de caixa da Emissora nos períodos especificados, e foram elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(h) a Emissora se encontra em cumprimento das leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, salvo por descumprimentos que não possam resultar em efeito adverso relevante na condição financeira da Emissora;

(i) exceto conforme informado nos Prospectos, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade;

(j) a Emissora mantém, ou é beneficiária de, seguros fornecidos por companhias seguradoras de primeira linha, nos valores e coberturas de riscos adequados para suas atividades e dentro de parâmetros internacionalmente adotados por empresas que atuam no mesmo ramo de atividade da Emissora, e todos esses seguros estão em pleno vigor e efeito; e



(1) a Emissora obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, à Emissão e à colocação pública das Debêntures.

CLÁUSULA XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. *Renúncia.* Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A Presente Escritura revoga e substitui integralmente as disposições constantes da Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures simples, em série única, da espécie subordinada, da Companhia de Recuperação Secundária de 18 de outubro de 2001.

11.2. *Foro.* Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2001.

COMPANHIA DE RECUPERAÇÃO SECUNDÁRIA

Nome: JONQUIN GABRIEL PERTEGÃO NETO
Cargo: DIRETOR

Nome: PATRÍCIO ISAÍAS LEBOS BELMAN
Cargo: DIRETOR
PP: CRISTÓVAM MARINONE ROBRINHO

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: PABLO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ
Cargo: PRESIDENTE

Nome: PABLO AUGUSTO RODRIGUES CRUZ
Cargo: PRESIDENTE

Testemunhas:

Nome: Lilian Melman
CPF: RG 11.450.852

Nome: Sonia Canassa
CPF: RG nº 3.753.142 SSP-SP



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO MACAÉ - RJ.
Domingos da Costa Peixoto - Titular
PROTOCOLO
Nº 61385 de Protocolo Livro 16
Página 12 Título apresentado hoje.
Macaé, RJ 13 de 12 de 01

Irenilda Nolasco de Abreu
SUBSTITUTA - mat. 06/3080

Cartório do 2º Ofício Macaé - RJ.
DOMINGOS DA COSTA PEIXOTO - TITULAR
REGISTRO
REGISTRO no Livro 349
Fls. 55 v. 2 nº 1329
Macaé, RJ 12 de 12 de 2001

Irenilda Nolasco de Abreu
SUBSTITUTA - mat. 06/3080

